



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 530/96

AO EXPEDIENTE DO DIA

07 de 08 de 1996
06 de 08 de 1996
Presidente

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais-, do Distrito de Campo Alegre no município de Sousa, e dá outras providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária - Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais-, do distrito de Campo Alegre com sede e foro no município de Sousa.

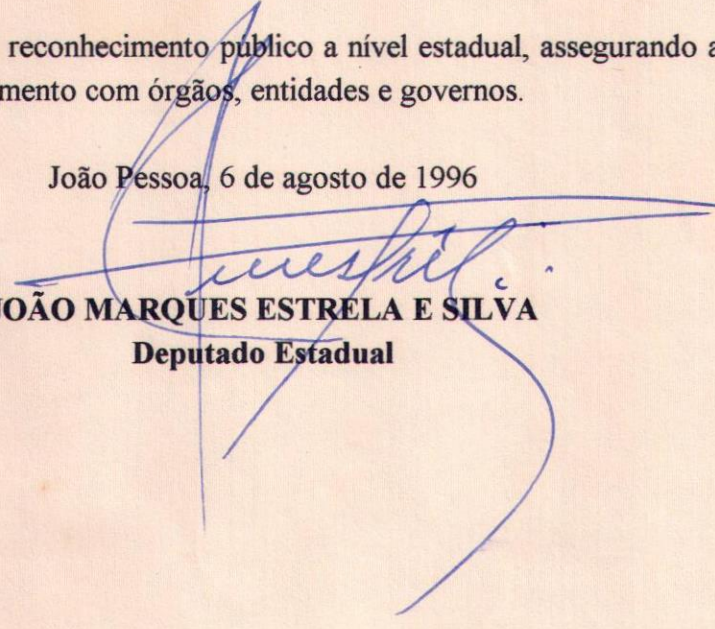
art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 6 de agosto de 1996


JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA
Deputado Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1.º Cartório - Reg. Geral de Imóveis - Reg. de Títulos e Documentos - Tabelionato

Praça Capitão Manoel Gadelha, 14 - Sousa - Pb. — Fone: 521-1211

Tabelião — TEREZINHA DE LISIEUX ABRANTES GADELHA

Substituto — JOSÉ LUCIANO GADELHA FONTES FILHO

C E R T I D ã O

Terezinha de Lisieux Gadelha Abrantes
Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício, da Comarca de Sousa, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

C e r t i f i c a a requerimento verbal de Pessoa interessada, que revendo o livro de Pessoas Jurídicas deste Cartório e a meu cargo, nele consta o Registro da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, deste município de Sousa-PB, sob nº265, fls.144, em 27 de junho de 1.996. O referido é verdade; Dou fé.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x
Sousa-PB, 18 de julho de 1.996.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Terezinha de Lisieux Gadelha Abrantes

1ª TABELIÃ PÚBLICA

Maurício Abrantes Soares

SUBSTITUTO

Sousa — Paraíba

Tabelião Substituto.

Maurício Abrantes Soares

TABELIAO SUBSTITUTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
- 4 - DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
- 5 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 6 - PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C. G. C.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CGC
12 721 650/0001-05



* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS				05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS			
03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?	SIM	01 8	NÃO	X	02 6	07 PERCENTUAL DO CAPITAL	08
04 SOLICITAÇÃO DE BAIXA HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?	SIM	03 0	NÃO		04 9	09 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")	10
05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.	Nº. BÁSICO		Nº. ORDEM	00 0 1	CONTRAT. E		
04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS				06 NATUREZA JURÍDICA			
06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE				ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO			
IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	X	00 9	LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	08 4	EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6	
EXPORTAÇÃO		01 7	ENERGIA ELÉTRICA	09 2	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4	EMPRESA PÚBLICA
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		02 5	MINERAIS	10 6	SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LÍDA	02 2	SOC. DE ECONOMIA MISTA
IMPORTAÇÃO		03 3	TRANSMISSÃO PROP. IMOBILIÁRIA	11 4	SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)		04 1	ICM	12 2	SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)
IPI		05 0	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	13 0	SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 7	EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)
OPERAÇÕES FINANCEIRAS		06 8	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14 0	SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5	FUNDAÇÃO
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)		07 6			SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 3	ASSOCIAÇÃO
					SOC. COOPERATIVA	08 1	AUTARQUIA
					FILIAL, SUCCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDEADA NO EXTERIOR	09 0	ÓRGÃO PÚBLICO

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE	
11 DESCRIÇÃO	12 CÓDIGO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	6 1 1 1

08 DENOMINAÇÃO	
13 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL	14 NOME DE FANTASIA
NUCLEO DE INTEGRAÇÃO RURA	N I R

09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE	
15 TIPO (RUA, AV., ETC.)	16 NOME DO LOGRADOURO
S I T	
17 NÚMERO	18 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)
S / N	
19 BAIRRO OU DISTRITO	20 CEP
C A M P O	5 8 8 0 0
A L E G R E	
21 SÍGLO DA UF.	22 SÍGLO DO MUNICÍPIO
P B	2 2 2 5
23 SÍGLO DO MUNICÍPIO	24 SÍGLO DA INSPETORIA
S O U S A	

10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA		12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS	
25 INSCRIÇÃO NO CPF	26 NOME	27 DATA	28 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
0 4 1 7 4 0 1 1 4	JOSÉ MOREIRA DE SENA	08.05.1989	

11 ASSINAR TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE		13 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE	
27 DATA	28 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	29 DATA DE RECEPÇÃO	30 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO
08.05.1989	José Moreira de SENA	15/05/89	2.132.236.8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

VÁLIDO ATÉ

30/06/93

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

12721650/0001-05

ATIVIDADE PRINCIPAL

61.11

CPF DO RESPONSÁVEL

041740114-00

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

ÓRGÃO DA SRF

42422 - SOUSA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

NUCLEO DE INTEGRACAO RURAL

NOME DE FANTASIA

NIR

LOGRADOURO

SIT CAMPO ALEGRE

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

58800

BAIRRO/DISTRITO

CAMPO ALEGRE

MUNICÍPIO

SOUSA

UF

PB

RENTA - PESSOA JURÍDICA ☒

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ☐

IMPORTAÇÃO ☐

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS ☐

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ☐

RENTA - RETENÇÃO NA FONTE ☐

MINERAIS NO PAÍS ☐

ENERGIA ELÉTRICA ☐

SOBRE SERVIÇOS ☐

3760268

MB906



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

VÁLIDO ATÉ

30/06/93

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

12721650/0001-05

ATIVIDADE PRINCIPAL

61.11

CPF DO RESPONSÁVEL

041740114-00

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

ÓRGÃO DA SRF

42422 - SOUSA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

NUCLEO DE INTEGRACAO RURAL

NOME DE FANTASIA

NIR

LOGRADOURO

SIT CAMPO ALEGRE

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

58800

BAIRRO/DISTRITO

CAMPO ALEGRE

MUNICÍPIO

SOUSA

UF

PB

RENTA - PESSOA JURÍDICA ☒

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ☐

IMPORTAÇÃO ☐

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS ☐

CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ☐

RENTA - RETENÇÃO NA FONTE ☐

MINERAIS NO PAÍS ☐

ENERGIA ELÉTRICA ☐

SOBRE SERVIÇOS ☐

4960268

MB906

5

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DA DELEGACIA DE SOUSA - PARAIBA



EM FACE DAS INFORMAÇÕES

ATESTO AFIRMATIVAMENTE

03/05/1996

Bel. Nélcio Carneiro dos Santos
Delegado de Polícia Civil.

ATESTADO DE PLENO FUNCIONAMENTO

O Grupo de Produtores Rurais de "Campo Alegre", pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Comunidade de Campo Alegre, Distrito desta Comarca de Sousa - PB através de seu representante legal, o Presidente abaixo subscrito, vem mui respeitosamente, REQUERER de V.Sª, que se digne a atestar que a referida entidade encontra-se em pleno funcionamento neste referido Distrito, atendendo as suas finalidades estatutárias.

Nestes Termos,

Pede deferimento

Sousa-PB 03/05/96.

Josi Maria de Lima

PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

1- Maria de Lourdes Alves de Oliveira

END. Rua Joana D'Arc n.º 53 - Bairro da Estrada

2. Maria das Neves Ferreira

END. Campo Alegre

Eu, por estar em posse de todos os dados, assino e apresento este documento em (quatro) vias, com as assinaturas abaixo, a todos presentes.

Companhia Grande (PR), 08 de maio de 1978

Jurandir Palhares Freire

Jurandir Palhares Freire

Josefa Maria Palhares Freire

Josefa Maria Palhares Freire

Pedro Barbosa de Lima

Pedro Barbosa de Lima

Ivan Barros Santos

Ivan Barros Santos

Eu, por estar em posse de todos os dados, assino e apresento este documento em (quatro) vias, com as assinaturas abaixo, a todos presentes.

Jurandir Palhares Freire

Jurandir Palhares Freire

ESTATUTO DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE NOVA FLORESTA, DO
TÍTULO I - Da denominação, sede, finalidade e duração. Art. 1º - A SOCIEDADE
COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE NOVA FLORESTA é uma sociedade civil
de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Nova Floresta -
PR, com prazo de duração indeterminado e reger-se-á pelo presente Estatuto.
Art. 2º - A SOCIEDADE tem por finalidade suprir a necessidade de habitação
da população carente e de baixa renda, admitidos como tal os indivíduos que
não possuem casa própria e que percebam rendimentos mensais de 0 a 2 salários
mínimos. CAPÍTULO II - Do Patrimônio. Art. 3º - O Patrimônio da SOCIEDADE
será formado de: a) Doações, legados, contribuições e auxílios de pessoas
físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiros;
b) Bens móveis e imóveis, adquiridos e, ou, recebidos em doação. CAPÍTULO III -
Da receita. Art. 4º - Constituem receitas da SOCIEDADE: a) Contribuições,
auxílios e subvenções da União, dos Estados e Municípios ou de
pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; b) Doações e legados de
qualquer origem. CAPÍTULO IV - Da consecução dos objetos sociais. Art. 5º -
A SOCIEDADE atuará em sua comunidade a associação dos elementos interessados
em dela participar, principalmente dentre os indivíduos passíveis de
serem beneficiados diretamente com a sua atuação. Art. 6º - A SOCIEDADE diligenciará
junto ao Poder Público Conveniente e particularmente no sentido de obter
a concessão de terrenos passíveis de edificação de moradias populares.
Art. 7º - A SOCIEDADE diligenciará junto ao Poder Público Conveniente e
particularmente no sentido de obter, gratuitamente, projeto de aproveitamento
de área de terra havida em doação ou prometida para compreender: muros
de moradia passíveis de serem construídos; equipamentos comunitários passíveis
de serem instalados; etc. Art. 8º - A SOCIEDADE diligenciará junto ao
Poder Público Conveniente e particularmente no sentido de obter concessão de
serviços de infraestrutura comunitária de equipamentos, etc. Tudo no sentido de
viabilizar a execução do projeto referido no artigo anterior. Art. 9º - A
SOCIEDADE diligenciará junto ao Poder Público Conveniente e particularmente
no sentido de obter as verbas necessárias à complementação dos recursos
necessários para a execução dos projetos habitacionais resultantes
dos procedimentos anteriores. Art. 10º - A SOCIEDADE edificará as moradias
previstas pelo projeto habitacional referido no artigo anterior por seus
próprios meios, utilizando predominantemente a força de trabalho e capacidade
técnica de seus associados, podendo utilizar-se também dos serviços de
terceiros desde que voluntários e não remunerados. Art. 11º - A SOCIEDADE
selecionará dentre os seus associados que preencham os requisitos do art. 2º,
de presente estatuto e que tenham contribuído com o seu trabalho para a
construção das moradias, aqueles a quem caberá o direito real de habitação
das mesmas. Art. 12º - A SOCIEDADE administrará através de seus órgãos pró-
prios, os imóveis de sua propriedade e os novos núcleos habitacionais formados
pela sua reunião favorecendo a criação de equipamentos comunitários e
utilidades urbanas nos referidos núcleos. CAPÍTULO V - Dos órgãos da sociedade.
Art. 13º - Constituem órgãos deliberativos e executivos da SOCIEDADE o
CONSELHO COMUNITÁRIO e a ASSEMBLEIA GERAL DE ASSOCIADOS. Art. 14º - O Conselho
Comunitário é composto por cinco membros, sendo dois indicados pelo Poder
Público Conveniente onde encontra-se estabelecida a sede da SOCIEDADE,
dois outros indicados pela Assembleia Geral de Associados e 1 indicado pela
SILIO. § 1º - O mandato dos integrantes é componente do CONSELHO COMUNITÁRIO
é temporário, por prazo indeterminado, podendo ser destituído mediante
simples indicação de seus substitutos por quem o tenha indicado, seu pre-
sente será revogado por maioria simples de seus membros. § 2º - As reuniões
do Conselho Comunitário serão realizadas uma vez ao mês e sempre no último
dia útil de cada mês e, extraordinariamente, sempre que matérias urgentes
se apresentarem, convocada pela maioria simples de seus membros. § 3º - As
reuniões do Conselho Comunitário realizadas com o "quorum" mínimo de
sete membros mais um de seus membros, e das mesmas será sempre lavrada ata, em li-
vros próprios. Art. 15º - As decisões do Conselho Comunitário serão tomadas sempre
com a maioria simples dos votos de seus membros. § 1º - Os membros do Conselho
Comunitário não serão remunerados nas tarefas atribuídas consideradas como ser-
viço relevante para a sociedade civil e para a comunidade. Art. 16º - Compete
ao Conselho Comunitário: a) Zelar pelas finalidades e objetivos da SOCIEDADE;
b) Cumprir e fazer o presente estatuto, e regimento interno e as deliberações
das Assembleias Gerais de Associados; c) Aprovar contratos, acordos, convênios,
planos, programas e projetos; d) Movimentar o FUNDO COMUNITÁRIO HABITACIONAL
apresentado pela conta-corrente da SOCIEDADE em agência bancária; e) Representar
a SOCIEDADE ativa e passivamente, em juízo fora dela; e praticar atos de
defesa dos interesses comuns; f) Resolver sobre a insensação temporária da obra
de construção das moradias dos associados contribuintes, até o limite máximo de
10% (dez por cento) do total da receita; g) Do total das contribuições mensais
dar a seguinte destinação: 10% (dez por cento) para construção de novas
casas e 50% (cinquenta por cento) para melhorias comunitárias; h) Prestar con-
ta à Assembleia Geral de Associados; Art. 17º - Haverá mensalmente uma assen-
bleia geral dos associados, convocada pelo Conselho Comunitário, à qual compe-
tem além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar as contas pre-
stadas pelo Conselho Comunitário. § 1º - As decisões da Assembleia tomadas, em
cada caso, pelo "quorum" estabelecido no presente estatuto ou pelo regulamen-
to interno, obrigam a todos os associados, presentes ou ausentes, cumprindo a
estes intervir-se junto aos demais do teor das deliberações. § 2º - Das assen-
bleias gerais de associados será lavrada ata, em livro próprio, cuja guarda
será confiada ao Conselho Comunitário. § 3º - Nas assembleias gerais cada as-
sociado terá um único voto. Art. 18º - Além das assembleias gerais,
ordinares poderão ser convocadas assembleias gerais extraordinárias, de ofício
das pelo Conselho Comunitário ou por maioria simples de seus membros, a
total de integrantes do quadro social, sempre que se exigir o interesse
geral. Art. 19º - As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria
simples dos presentes, no caso de convocação por maioria simples de seus
membros, e de maioria absoluta dos presentes, no caso de convocação por
maioria absoluta dos presentes.

das doações, cessão, ou gravame de bem imóvel próprio da SOCIEDADE; b) Pro-
maioria simples dos presentes nos demais casos, desde que não exista previsão
específica de "quorum" diverso no Regulamento Interno. CAPÍTULO VI - Das dis-
posições gerais. Art. 19º - Os associados que venham a ser beneficiados com ha-
bitação, na forma do art. 11 do presente estatuto, ficarão obrigados a contri-
buir para a receita da SOCIEDADE com valor igual a 10% (dez por cento) do sa-
lário mínimo vigente, enquanto associados. Art. 20º - Dos associados que perderem
a associados o direito real de habitação dos imóveis, trata-se o art. 11
do presente Estatuto deverá constar obrigatoriamente e expressamente: a) O direito
da SOCIEDADE de reivindicar o imóvel da Associação que não tem uso do mesmo.
critério do CONSELHO COMUNITÁRIO; b) A promessa de venda do imóvel devido ao
associado que por 5 (cinco) anos consecutivos habite o mesmo imóvel pelo va-
lor dispendido, na época, com sua construção, atualizações ou correções; c) A
obrigação do associado de restituir imediatamente o imóvel ao hábito, caso
venha a perder sua qualidade de associado, seja por ato próprio, seja por
liberação da Assembleia Geral dos Associados. Art. 21º - A promessa de extinção
da SOCIEDADE ou seu patrimônio será destinado a uma entidade congênere do mun-
cípio onde está situada, ressalvados os direitos de terceiros. Art. 22º - Os
nóveis não respondem pelos compromissos sociais. Art. 23º - O presente Estatuto
entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral dos Asso-
ciados não podendo ser alterado no todo ou em parte sob pena de extinção da
SOCIEDADE.

EXATINIR

DECLARAÇÃO DE INTEGRACAO JURAL NA COMUNIDADE CAMPO ALEGRE - MUNICI-
PIO DE NOVA FLORESTA - PR

CAPITULO I

Da Denominação, Sede, Foro, Duração e Objetivo

- Art. 1º - É instituído o NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO RURAL, Associação Comu-
nitária, originária do movimento espontâneo entre os habi-
tantes da Comunidade de CAMPO ALEGRE, doravante denominada
NIR.
- Art. 2º - O NIR reger-se-á pelo presente Estatuto e Leis que lhe fe-
rem aplicáveis.
- Art. 3º - O NIR é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de dura-
ção indeterminada, com sede em CAMPO ALEGRE e foro na Cid-
dade de SOUZA, Estado da Paraíba e tem por objetivos:
- I - promover o desenvolvimento comunitário através da realiza-
ção de obras e melhoramentos, com recursos próprios e obti-
dos por doação ou empréstimos;
 - II - PROPORCIONAR a melhoria do convívio entre os habitantes
do lugar, através da integração de seus moradores;
 - III - proporcionar aos associados e seus dependentes atividades
esportivas, culturais e recreativas;
 - IV - promover atividades assistenciais diretamente ou através
de instituições filantrópicas;
 - V - criar e manter para o desenvolvimento rural e para o
bem-estar das famílias e humanas, visando a melho-
ria da qualidade de vida das famílias dos produtores rurais;
 - VI - colaborar com os poderes públicos nas iniciativas de inter-
esses coletivos;
 - VII - promover o desenvolvimento em todos os setores da Comunida-
de de CAMPO ALEGRE e das vizinhanças dentro de suas
limitações.
- Art. 4º - O NIR será dirigido pelos seguintes órgãos:
- I - Assembleia Geral;
 - II - Diretoria Executiva;
 - III - Conselho Fiscal.
- § 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para fun-
cionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.
- § 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a
participação na Assembleia Geral.

CAPITULO II

Da Assembleia Geral.

- Art. 5º - A Assembleia Geral é o órgão supremo do NIR sendo constituída
de todos os membros em plena capacidade de seus direitos.
- § 1º - A ASSEMBLEIA GERAL reúne-se ordinariamente ou extraordinariamente
de por convocação da DIRETORIA EXECUTIVA, ou mediante requi-
sitação de um terço dos associados.
- § 2º - A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital,
afixado na sede do NIR e publicado por veículos de comunicação
disponíveis na Comunidade, com antecedência de oito dias
antes da realização da reunião.
- § 3º - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se e delibera -
na primeira convocação, com a presença mínima de maioria ab-
soluta dos associados;
- II - na segunda e última convocação, mais hora após, com a pre-
sença de qualquer número;
 - III - A Assembleia Geral Extraordinária, reúne-se e delibera:
a) na primeira convocação com a presença mínima de dois terços
dos associados;
 - II) - na segunda e última convocação, mais hora após, com a presen-
ça mínima de maioria absoluta dos associados. Não havendo
maioria mínima na segunda convocação, será fixado o dia
para realização de Assembleia.
- Art. 6º - A Assembleia Geral é convocada pelo Conselho Comunitário, a qual compe-
tem além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar as contas pre-
stadas pelo Conselho Comunitário.



ATA DE FUNDACO DA REUNIO REGULAR DO NCLO DE INTEGRAO RURAL - NR. AOS ~~24~~ VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE ABRIL DE HUM MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS, S QUATORZE HORAS, NO GRUPO ESCOLAR DE CAMPO ALEGRE, MUNICPIO DE SOUSA, ESTADO DA PARAIBA. TRINTA E NOVE FAMILIAS SE REUNEM PARA FUNDAR UM GRUPO DE PRODUTORES RURAIS, PARA QUE SUAS NECESSIDADES FOSSEM ALCANADAS, E POR MEIOS DAS EXTENSIONISTAS DA EMATER FOI FEITA A REUNIO E TAMBEM FOI FEITA A ESCOLHA DA DIRETORIA DO GRUPO, GRUPO EST QUE FOI DADO O NOME DE "NUCLEO DE INTEGRAO RURAL - NR". A DIRETORIA FICOU ASSIM CONSTITUIDA:

- PRESIDENTE: LEONILDE JOSE DA COSTA
- VICE: JOSE MONTEIRA DE SENA
- SECRETARIO: RAIMUNDO NORATO ALVES MARTINS
- TESOUREIRO: JOSE MONTEIRA DA MBREGA
- FISCAL:

JOSE PEREIRA DE SOUSA
 GERALDO FREITAS DE OLIVEIRA
 VALDIRMIR FERNANDA DE SENA
 SUPLENTE

JOSE MONTEIRA DE SENA FILHO
 ANTONIO MBREGA MONTENEGRO

JOSE FERNANDA NETO.
 DEPOIS DE ESCOLHIDA A DIRETORIA

9 A REELEIÇÃO. E FICOU DECIDIDO QUE
OS PRIMEIROS DOMINGOS DE CADA MÊS SE FA-
RIA A REUNIÃO REGULAR.

ESTIVERAM PRESENTES AS EXTENSIÕES: DAFIM,
PINTO E ZILDA.

O PRESIDENTE LEONILDE JOSÉ DA
COSTA ENCERRA A SESSÃO ÀS QUINZE HORAS
E TRINTA MINUTOS, E W, RAIMUNDO NONATO ALVES
MARTINS, SECRETÁRIO, QUE LAVREI A PRESENTE ATA
QUE APROVADA SERÁ ASSINADA POR MIM
E OS DEMAIS MEMBROS DO NÚCLEO DE IN-
TECNAÇÃO RURAL - NIRA.

APROVADO X SIM — NÃO

Leonilde José da Costa

LEONILDE JOSÉ DA COSTA - PRESIDENTE

José Moreira de Sousa

JOSÉ MOREIRA DE SOUSA - VICE

Raimundo Nonato Alves Martins

RAIMUNDO NONATO ALVES MARTINS - SECRETÁRIO

José Moreira da Nobrega

JOSÉ MOREIRA DA NOBREGA - TESOUREIRO



9 ATA Nº 73

Ata da reunião regular da Associação comunitária de Campo Alegre - ACCA.

Atos nove dias do mes de março de humm
novecentos e noventa e seis, as
dezenove horas e trinta minutos na
sede próprias no Distrito de Campo Alegre
município de Sousa Estado da Paraíba
o presidente abre a sessão e convida
o tesoureiro para fazer a prestação
de contas, e houve uma discussão
com chico e zé Tecto a depois de
zé de Noemia falando sobre o dinheiro
que não era para emprestar mais
era para empregar em objetos
para o grupo, e em seguida
o presidente convida o tesoureiro
para fazer a prestação de contas
e Heleno falou sobre o dinheiro
que ficou para pagar com trinta
dias até agora não chegou nada
e denon falou que esta proximo de
entregar o cargo e hoje tem de
haver a escolha da nova directoria
Em seguida o presidente convida a
secretaria para fazer a chamada
dos sócios e em seguida foi feita
a escolha dos candidatos Flau e
zé osorio para os presidentes e em
seguida os dois tesoureiros zezinho e
Nelson com esse

encerra o sessão as vinte horas
e quinze minutos e eu,
Maria das Neves, Secretária
Sou darei a presente ata
Sou aprovada e será
assinada por mim e os demais
membros da directoria da Acc

Aprovada Sim ~~X~~ não

Jose Moreira, de ser a Presidente
Jose Moreira de Senna

Maria das Neves - Secretária
Maria das Neves Ferreira

Francisco Ferreira de Sousa
Francisco Pereira de Sousa & Tesoureiro

10



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário,
às Fls. 530 Sob No 530/96
EM 06 / 08 / 96

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia / /
de 19
EM / /

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa
Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Adelino
Em 27 / 8 / 96
Reitor
Presidente



Ata

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 530/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural Grupo de Produtores Rurais, do Distrito de Campo Alegre no Município de Sousa, e dá ou - tras providências.

AUTOR : O DEPUTADO JOÃO ESTRELA

RELATOR: O DEP. PADRE ADELINO

P A R E C E R :

1 - RELATÓRIO|

Vem para emissão de competente parecer desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº / 530/96, de autoria do ilustre deputado João Estrela, pretendendo através deste que esta Casa Legislativa Declare como de Utilidade Pública a Associação Comunitária Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do Distrito de Câmpo Alegre com sede e foro no Município' de Sousa deste Estado da Paraíba.

É o Relatório

11 - VOTO DO RELATOR:

Esta relatoria recebe a presente matéria da presidência desta Comissão Técnica, para depois de sua análise e convencimento emitir sua opinião e voto sobre todos os aspectos legais ' ou seja, sobre a constitucionalidade, a regimentalidade, a juridicidade e técnica redacional em sua elaboração global. Assim sendo, aplicamos todos os procedimentos acima referenciados na presente matéria e



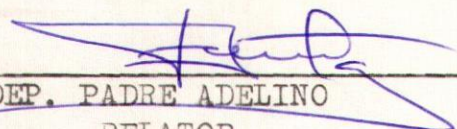
Ata

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa

* 2 *

não constatamos nenhum óbice de natureza legal que possam obstacular a presente matéria tendo em vista que a mesma se apresenta com boa forma e técnica Legislativa, está bem fundamentada e instruída com toda a legislação pertinente à espécie, inclusive o autor fez junta da de uma Declaração de autoridade local competente, assegurando a sua real existência e regular funcionamento, motivos que levam esta relatoria a opinar e votar pela aprovação da matéria por considerá-la CONSTITUCIONAL.

É O VOTO

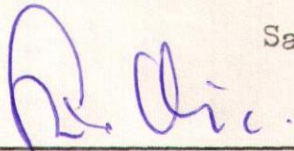


DEP. PADRE ADELINO
RELATOR

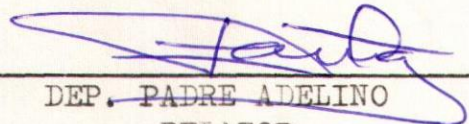
111 - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida na totalidade dos seus membros presente decidiu por unanimidade acatar e adotar a opinião do ilustre relator deputado Padre Adelino que o considerou Constitucional em seu douto Parecer.

Sala da Comissão 28 de agosto de 1996

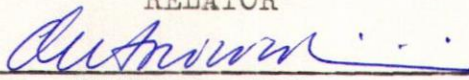


DEP. GERVASIO MAIA
PRESIDENTE



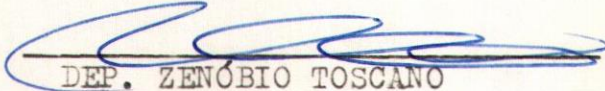
DEP. PADRE ADELINO
RELATOR

DEP. TARCIZO TELINO
MEMBRO

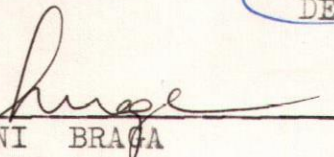


DEP. ANTONIO IVO
MEMBRO

DEP. AÉRCIO PREREIRA
MEMBRO



DEP. ZENÓBIO TOSCANO
MEMBRO



DEP. VANI BRAGA
MEMBRO

EFS.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1634/GP

João Pessoa, 23 de outubro de 1996.

Senhor Governador:

Encaminho a Vossa Excelência, Autógrafo do Projeto de Lei nº 530/96, de autoria do Deputado **JOÃO ESTRELA**, que reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária - Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do Distrito de Campo Alegre no município de Sousa, e dá outras providências.

Atenciosamente,

CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSE TARGINO MARANHÃO

Governador do Estado da Paraíba

N e s t a



14

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 144/96

PROJETO DE LEI Nº 530/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do Distrito de Campo Alegre no município de Sousa, e dá outras providências.

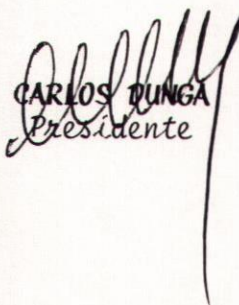
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do distrito de Campo Alegre com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa,
23 de outubro de 1996.


CARLOS DUNGA
Presidente



GOVERNO ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial

DESTA DATA

Em, 25 / 10 / 1996
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.363 de 24 de outubro de 1996

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do Distrito de Campo Alegre no município de Sousa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Comunitária-Núcleo de Integração Rural/Grupo de Produtores Rurais, do distrito de Campo Alegre com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,
em João Pessoa, 24 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR